REVISTA

IBEF®

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XX - NÚMERO 108 - BIMESTRAL - 2024
www.ibefrio.org.br

Marcello Oliveira, Leonardo Moreira Lima e Ricardo Brajterman, sócios do Candido de Oliveira Advogados

- Francisco Coutinho e Antonio Carlos Abreu: Os próximos passos da reforma tributária sobre o consumo
- Estevão Kopschitz Xavier Bastos: 30 anos do Plano Real
- Janaína Assis: BC reduz códigos de operações de câmbio
- Benito Liao: Taiwan e a cooperação bilateral com o Brasil
- Mauricio Carvalho Lyrio: O Rio é a Capital do G20

IBEF
Rio de Janeiro

CÂMBIO SEGURO,
VIAGEM TRANQUILA.

É SAFRA.

Aproveite a compra facilitada de moedas estrangeiras no Safra. Faça a cotação dos valores via WhatsApp e retire com segurança nos postos dos aeroportos de Guarulhos (SP) e Galeão (RJ), ou na agência Safra* mais próxima

Quem é correntista Safra, também pode fazer a compra via aplicativo. Tudo para tornar a sua viagem mais tranquila.

O MUNDO É SEU. **O CÂMBIO É SAFRA.**

Faça sua cotação via WhatsApp

Outros canais de venda: (11) 3175 – 8267 • mesa.turismo@safra.com.br (correntistas e não correntistas)

* Consulte a disponibilidade das moedas. Sujeito à apresentação de documentação exigida de acordo com os procedimentos Safra e regulamentação em vigor. Eventuais indicadores apresentados não configuram proposta de negócio por parte do Grupo Safra. Produto sujeito à análise de crédito e condições no momento da contratação. Para saber mais, acesse: [https://www.safra.com.br/servicos/pessoa-fisica/cambio.htm].

Editorial

Perspectivas econômicas 2024

O ano começa com desafios para as principais economias mundiais: taxas de juros, preço de energia, inflação e endividamento. Isso sem falarmos das guerras em andamento.

Não será diferente em nosso país e ainda mais preocupante devido às indecisões e descontrole nos gastos do Governo.

Permanecemos na torcida para que os acertos aconteçam.

A **Revista IBEF** na sua edição de número 108, a 1ª de 2024, deseja a todos uma boa leitura.

Marcos Chouin Varejão - Fevereiro 2024

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão.

CAPA.....2
Francisco Coutinho e Antonio Carlos Abreu: Os próximos passos da reforma tributária sobre o consumo.

OPINIÃO.....5
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos: 30 anos do Plano Real.

INTERNACIONAL.....8
Taiwan anuncia nova fase de cooperação bilateral com o Brasil.

OPINIÃO.....10
Marcus Vinícius L. R. Gonçalves: Desvendando o "Fator K" na sua conta de água e esgoto.

INTERNACIONAL.....11
Mauricio Carvalho Lyrio: O Rio é a capital do G20.

NACIONAL.....12
Investimentos anunciados somam mais de R$ 30,8 bilhões nas últimas semanas.

CURIOSIDADES.....13
Algumas coisas que aprendi sobre dinheiro.

OPINIÃO.....14
Susie Verde: O Ano de 2024 - previsões astrológicas

DAY TRADE.....16
Coluna de informação.

INTERNACIONAL.....18
Santa Cruz, a marca paulistana de cachaça que quer conquistar Portugal.

OPINIÃO.....20
Diego Ramiro: Transparência para quem e de quem?

NACIONAL.....21
8 em cada 10 pessoas ao redor do mundo comem em restaurantes do tipo Fast Food.

CULTURA.....22
Casa Fiat de Cultura divulga artistas selecionados a expor na Piccola Galleria em 2024/25.

OPINIÃO.....23
Alvaro Piano Rocha: Polarização: da boca para fora ou para dentro?

NACIONAL.....24
Como usar o cartão de crédito:Um Guia Completo.

ESTANTE 1.....25
Coluna sobre publicações editoriais.

ESTANTE 2.....26
Coluna sobre publicações editoriais.

OPINIÃO.....27
Maurício Bernis: 2024, início de um novo ciclo.

OPINIÃO.....30
Sylvio Lazzarini e Clóvis Panzarini: Justiça Tributária no Brasil só com Isonomia.

JURISPRUDÊNCIA.....31
Empresas não podem utilizar nome do BNDES em domínios de internet.

OPINIÃO.....32
Tobias Market: Status é não precisar de carro.

Os próximos passos da reforma tributária sobre o consumo

*Francisco Coutinho e Antonio Carlos Abreu**

Após muitos anos de discussão, no final de 2023 o Congresso Nacional aprovou a reforma tributária sobre o consumo com a promessa de simplificar o sistema tributário brasileiro, tornando-o mais justo, eficiente e transparente.

Resultado da junção da Proposta de Emenda Constitucional nº 45 de 2019, de iniciativa da Câmara dos Deputados, e da Proposta de Emenda Constitucional nº 110 de 2019, de iniciativa do Senado Federal, a Emenda Constitucional nº 132 de 2023 alterou drasticamente a sistemática da tributação sobre o consumo.

Para que se tenha uma dimensão da importância do tema, em 2022 a carga tributária no Brasil chegou a aproximadamente 33,7% do Produto Interno Bruto ("PIB") do país, sendo que, a tributação sobre o consumo representou 40% deste total . Considerando que o PIB do Brasil foi de R$10,1 trilhões em 2022, a tributação sobre o consumo foi responsável pela arrecadação de aproximadamente R$1,3 trilhões naquele ano .

Com as mudanças introduzidas, após um período de transição que terá início em 2026 e findará em 2032, serão extintos a Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), o Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") em seu molde atual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") e criados a Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), o Imposto Seletivo e o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS") .

A CBS e o IBS seguem o modelo de um imposto sobre valor agregado ("IVA"), que incide sobre o valor agregado em cada etapa de produção, o qual é adotado pela imensa maioria dos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE").

Os referidos tributos terão as mesmas regras e bases de incidência. Seguirão o princípio da não cumulatividade plena e terão uma ampla base de incidência, de forma a tributar operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.

FRANCISCO COUTINHO

ANTONIO CARLOS ABREU

Ao contrário do que ocorre hoje, quando, em geral, a tributação é realizada com base na origem (ou seja, pelo ente onde estão localizados o prestador de serviços ou a indústria), o novo formato terá como diretriz a tributação com base no município e no estado de destino dos bens e/ou serviços, de forma a mitigar a guerra fiscal alimentada durante décadas através da concessão de incentivos fiscais que tem como finalidade maior a atração de investimentos para determinadas regiões.

Já o Imposto Seletivo incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos a serem definidos por lei complementar.

Enquanto a CBS e o Imposto Seletivo serão de competência da União Federal, o IBS será de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Por ser de competência de mais de um ente, o IBS será gerido pelo Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, uma entidade pública a ser constituída sob regime especial que terá como principais competências editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto, além de arrecadar o imposto e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132, os setores de serviços e industrial passarão a estar sujeitos às mesmas alíquotas, salvo nos casos expressamente previstos na Constituição Federal, o que resultará na redução

> *"A alíquota padrão da CBS e do IBS ("IVA dual") será fixada por resolução do Senado Federal. Estudos apresentados pelo Ministério da Fazenda durante o processo legislativo que resultou na aprovação da Emenda Constitucional estimam a alíquota geral dos dois tributos em aproximadamente 27%, o que, se confirmado, resultará em uma das maiores tributações sobre o consumo do mundo."*

da carga tributária incidente sobre atividades industriais e em um aumento expressivo da carga tributária incidente sobre serviços.

A alíquota padrão da CBS e do IBS ("IVA dual") será fixada por resolução do Senado Federal. Estudos apresentados pelo Ministério da Fazenda durante o processo legislativo que resultou na aprovação da Emenda Constitucional estimam a alíquota geral dos dois tributos em aproximadamente 27% , o que, se confirmado, resultará em uma das maiores tributações sobre o consumo do mundo.

Há previsão para a instituição de tratamento diferenciado a determinadas atividades, tais como pessoas jurídicas exportadoras e optantes pelo Simples Nacional, bem como regimes tributários específicos, aplicáveis, por exemplo, a serviços financeiros, operações com combustíveis e lubrificantes e operações com bens imóveis, além, é claro, de algumas atividades sujeitas a alíquotas reduzidas. A Emenda Constitucional veda a concessão de outros benefícios além daqueles originalmente estipulados.

Conforme antecipado acima, o novo modelo de tributação sobre o consumo foi aprovado com a promessa de simplificar e dar maior transparência ao sistema tributário brasileiro. Os idealizadores do novo sistema também sustentam que as novas regras resultarão na redução dos litígios administrativos e judiciais envolvendo a matéria. Ainda que as possibilidades de simplificação e redução do contencioso sejam uma realidade, alguns cuidados devem ser tomados a fim de evitar um novo sistema tributário complexo e ineficiente e, por consequência, a proliferação de novas discussões administrativas e judiciais.

Nesse contexto, nos preocupa a quantidade de matérias delegadas a regulamentação via lei complementar. Diversos temas de extrema relevância, tais como o regime de compensação dos tributos, a forma e o prazo para ressarcimento de créditos acumulados pelo contribuinte, a forma de desoneração da aquisição de bens de capital pelos contribuintes e o processo administrativo fiscal do imposto, dentre outros, ainda estão pendentes de regulamentação, o que faz com que, na prática, ainda não seja possível ter uma visão clara de como realmente funcionará esse novo sistema.

Também nos chama atenção a previsão constitucional que estipula a vedação à tomada de créditos da CBS e do IBS sobre operações consideradas de uso ou consumo pessoal, as quais serão especificadas em lei complementar. A definição de operações consideradas de uso ou consumo pessoal será essencial para o bom funcionamento do novo modelo de tributação que tem como um de seus pilares a não cumulatividade plena. Para que seja cumprida a promessa de redução da judicialização de temas controversos, é fundamental que a definição daquilo que não irá gerar créditos seja objetiva e razoável de forma a evitar o que aconteceu com outros tributos não cumulativos nas últimas décadas, os quais deram origem a um contencioso tributário sem precedentes.

Outro ponto a ser destacado é a possibilidade de condicionamento da tomada de créditos da CBS e do IBS à confirmação do efetivo pagamento do tributo devido na operação de aquisição de bens e serviços. Essa possibilidade merece fortes críticas e, se confirmada a exigência, na prática, veremos a inconcebível transferência, ao contribuinte, da função de fiscalizar o recolhimento dos tributos por seus fornecedores, na contramão da promessa de simplificação do sistema.

Finalmente, também se deve atentar para a ausência de definição, na Constituição Federal, do que será considerado "destino" para fins de atribuição de competência aos entes para tributação da CBS e do IBS. Essa definição deve

ser clara e não pode dar margens a dúvidas, sob pena de presenciarmos um ambiente de insegurança jurídica no qual os contribuintes não saberão para quem pagar os novos tributos. Nesse sentido, não é demais lembrar o desfecho da Lei Complementar nº 157, de 2016, que tentou alterar a competência tributária para fins de cobrança do ISS incidente sobre determinados serviços , transferindo-a para os municípios onde se localizam os tomadores dos serviços, e acabou sendo julgada inconstitucional pelo STF em razão de divergências sobre o critério a ser utilizado para se encontrar o ente tributante.

Diante da existência de tantos temas relevantes ainda em aberto, somos da opinião de que só será possível avaliar os reais efeitos da reforma tributária sobre o consumo após a edição dos atos normativos regulamentadores, os quais, nos termos previstos na própria Emenda Constitucional nº 132, deverão ser encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no primeiro semestre de 2024.

Podemos afirmar, com segurança, que o processo de reforma da tributação sobre o consumo ainda está em curso. Assim, é importante que os diversos setores da nossa economia acompanhem de perto as movimentações no Congresso Nacional para fins de regulamentação do novo sistema e participem de forma ativa do processo legislativo, tomando as providências necessárias a fim de evitar que esse novo sistema tributário repita erros já vistos no passado.

DA ESQUERDA PARA DIREITA: MARCELLO OLIVEIRA, LEONARDO MOREIRA LIMA E RICARDO BRAJTERMAN, SÓCIOS DO CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS

SOBRE O CANDIDO DE OLIVEIRA

Fundado em 1891, o escritório Candido de Oliveira Advogados oferece vasto repertório jurídico. Voltado a buscar soluções integradas para seus clientes, tem como diferencial a atuação com visão 360º. Atualmente o escritório está presente no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília e conta com uma equipe multidisciplinar constituída por 48 advogados e advogadas.

Francisco Coutinho e Antonio Carlos Abreu são sócios da área tributária do Candido de Oliveira Advogados.

Trinta anos do Plano Real

*Estêvão Kopschitz Xavier Bastos**

Em 2024, o Plano Real completa 30 anos. Antes dele, uma inflação elevadíssima assolava a economia brasileira, resistente a diversas tentativas anteriores de estabilização. O Real obteve sucesso em reduzir duradouramente a inflação, tornando-se um divisor de águas. Vamos visitar aquela época?

O ritmo de alta geral nos preços se acelerou no Brasil por volta do fim dos anos 1970 e, no início dos anos 1980, passou dos 100% ao ano. Em 1985, o IPCA registrou 242%, isto é, os preços, em média, mais que triplicaram ao longo do ano. Em 1986, foi decretado o Plano Cruzado, primeiro plano de combate à inflação de uma sequência de fracassos que se seguiria. No entanto, o congelamento geral de preços e salários deu ao brasileiro, por alguns meses, a maravilhosa experiência de viver num ambiente de inflação baixa. Mas os efeitos foram temporários e, já no ano seguinte, apesar de um novo plano, o "Bresser", o IPCA registrou 363%. Seguiram-se o Plano Verão, em 1989, e os dois planos Collor, em 1990 e 1991, todos com congelamento geral de preços. O primeiro Plano Collor confiscou quase todo o dinheiro nas contas correntes e aplicações financeiras de todo tipo, com devolução dezoito meses depois! Só era permitido sacar até NCz$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos, a moeda da época, que na mesma data foi mudada para cruzeiro – Cr$ - mas sem corte de zeros, na taxa de conversão de 1:1), equivalentes hoje, corrigindo pelo IPCA a partir de abril de 1990, a R$ 7.000,00, aproximadamente. NCz$ 50.000,00 equivaliam, ainda, pela taxa de câmbio de 13 de março de 1990, a US$ 1.302,00 que, convertidos a reais pela taxa de câmbio de 22 de dezembro de 2023, correspondem a R$ 6.333,00, atualmente. Congelamento geral de preços e salários e bloqueio do dinheiro no banco são absurdos, mas o desespero com a inflação era tanto que foram decretados pelo governo e aprovados pelo Congresso Nacional!

Para ilustrar a loucura da inflação alta: em 1989, eu recebia bolsa de estudo, quando fazia o mestrado em economia na PUC do Rio. Em março, recebi NCz$ 475,20. Um ano depois, em março de 1990, o valor da bolsa foi de NCz$ 31.000,00! Um espantoso aumento de 6.424%! Acontece que, no mesmo período, o preço da cesta de produtos e serviços que compõe o IPCA subiu 6.391% - ou seja, o meu poder de compra ficou o mesmo. E assim vivíamos, numa corrida louca de aumentos de preços e salários, apenas para ficar igual: quem não subisse seu preço ou renda no mesmo ritmo poderia perder tudo em questão de meses.

Aprendi, ao estudar este assunto, que a hiperinflação, mais do que um processo contínuo de elevação do nível geral de preços, que caracteriza a inflação, é um processo de abandono de uma moeda que não serve mais e sua substituição por outra. Nas hiperinflações da América Latina no século XX, a moeda substituta foi o dólar. No Brasil, a instituição da "correção monetária" nos habituou a recorrer aos índices de preços para atualização de valores, permitindo que o dólar fosse pouco usado como referência. Assim, vários referencias corrigidos periodicamente pela inflação eram usados como unidade de medida de valor, no lugar da moeda, como os títulos de dívida pública ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional e BTN – Bônus do Tesouro Nacional. A UFIR - Unidade Fiscal de Referência corrigia os tributos. A UT – Unidade Taximétrica - era usada nos taxímetros. Os reajustes de tarifas eram tão frequentes que não havia tempo para ajustar e aferir os taxímetros. Assim, eles foram adaptados para mostrarem o valor da corrida em UT e os motoristas tinham uma tabela impressa, que mudava com frequência, informando o valor da UT na moeda da época.

Eu costumava almoçar num restaurante a quilo no Centro do Rio. Ao longo do mês, talvez semanalmente, o preço do

quilo subia, como acontecia com tudo o mais nos primeiros anos da década de 1990. O vale-refeição era recebido no início do mês com as folhas do carnê de papel com valores em cruzeiros (a versão do cruzeiro que vigorou de março de 1990 a julho de 1993). Assim, na segunda semana do mês, a mesma quantidade de dinheiro expressa no tíquete já comprava menos comida no restaurante do que na primeira e, na terceira, ainda menos – ou, dito de outro modo, pelos mesmos 400g que meu prato costumava pesar, eu pagava mais a cada semana, mas meu salário e o tíquete-refeição tinham os mesmos valores até o fim do mês! O dono do restaurante teve a seguinte ideia: fez um carnê em que cada folha tinha um valor em gramas, 500g, por exemplo. Assim, eu comprava, no início do mês, o equivalente a 10Kg de comida, ao preço do início do mês, e ia usando ao longo do mês. Eu evitava a corrosão do meu poder de compra pela inflação e o restaurante fidelizava o cliente! O troco era dado em fichas expressas em gramas, não em cruzeiros!

O Plano Real teve várias características, mas a mais marcante e engenhosa foi a Unidade Real de Valor, a URV. A URV foi instituída em 1º de março de 1994, com valor de CR$ 647,50 (seiscentos e quarenta e sete cruzeiros reais e cinquenta centavos). No mesmo dia, a taxa comercial do dólar era quase a mesma, de CR$ 647,30. O valor inicial da URV foi totalmente arbitrário, definido pelo governo, e sua proximidade com a cotação do dólar não foi por acaso. O Plano Real reproduziu uma dolarização para se obterem os efeitos benéficos de uma hiperinflação e se evitarem seus malefícios; o estabelecimento do valor da URV próximo ao do dólar facilitou sua assimilação. A URV era uma "moeda" que conviveu por quatro meses com a moeda de verdade, o cruzeiro real, porém tinha apenas a função de unidade de conta, pois não existiam cédulas de URV – ela não existia como meio de troca. Foi substituindo o cruzeiro real na função de unidade de conta ou medida de valor, pois ele não servia mais para isso. Assim, preços e salários passaram a ser cotados em URV. Em 1º de julho de 1994, a URV foi transformada no real, passando a ser uma moeda completa, com as funções de reserva de valor, meio de troca e unidade de conta.

Em 30 de junho, véspera da introdução da nova moeda, a URV valia CR$ 2.750,00; o dólar era cotado no câmbio comercial também a CR$ 2.750,00. Ao longo dos quatro meses de vigência da URV, seu valor e o do dólar estiveram sempre próximos. Como se deu isso? O governo fixava diariamente o valor da URV, mas não acertou quem pensou que, para isso, olhava a variação da taxa de câmbio para, baseado nela, fixar a da URV. Era o contrário, pois a medida

provisória que instituiu a URV determinava que sua variação mensal devia situar-se entre a variação máxima e mínima dentre as de três índices de preços: o IPCA-E, o IGP-M e o IPC-FIPE – 3ª quadrissemana. O que os três têm em comum e relevante neste caso é estarem disponíveis no fim do mês a que se referem. Fixado o valor da URV de modo que essa regra fosse cumprida, o Banco Central atuava no mercado de dólares, para fazer com que a taxa de câmbio CR$/US$ ficasse próxima ao valor da URV, isto é, da "taxa de câmbio" CR$/URV. As taxas elevadas e crescentes de inflação levavam à dispersão de preços relativos, para os quais permanentemente se buscava o realinhamento, acelerando a inflação. A fase da URV teve o papel de arrumar a estrutura de preços relativos em termos da moeda-índice. A URV passou a ser a referência, substituindo os outros indexadores, como os citados ORTN, BTN, UFIR e UT e, como variava diariamente, permitiu a redução da dispersão de preços e também da chamada inércia inflacionária, que é a transmissão da inflação passada para a inflação atual, pela indexação. Com a correção diária da URV, não havia defasagem. Eu passei a receber meu tíquete-refeição denominado em URV, de maneira que o dono do restaurante não precisava mais fazer os carnês em gramas – o valor da URV subia todos os dias. No dia 1º de julho, os preços, já mais ou menos estáveis em URV, passaram a ser cotados em reais, pela conversão de R$ 1 = 1 URV = CR$ 2.750,00.

Nos seis meses anteriores ao lançamento da nova moeda, isto é, no primeiro semestre de 1994, a inflação medida pelo IPCA foi de 757%. Isso corresponde a 43,1% por mês ou 7.249% por ano. Mas, no segundo semestre de 1994, já sob a nova moeda, a inflação acumulada medida pelo IPCA foi de 18,6%, correspondente à média mensal de 2,9% e à taxa anual de 40,6%: a taxa ao ano do segundo semestre foi aproximadamente igual à taxa ao mês do primeiro semestre, o que dá uma boa noção do tamanho da queda da inflação. Mais importante, porém, que a queda imediata, obtida também por outros planos, foi a permanência da inflação baixa.

A inflação no Brasil nunca mais voltou a atingir aqueles números estratosféricos e raramente superou 10% ao ano, o que aconteceu somente em 2002 (12,5%, pelo IPCA), 2015 (10,7%) e em 2021 (10,1%). Nos últimos vinte e cinco anos, de 1998 a 2022, a inflação média anual medida pelo IPCA foi de 6,2%. E, hoje, discutimos o problema de a mediana das expectativas para a inflação em 2025 estar em 3,5%, acima da meta de 3,0%.

Economista do Ipea e autor do livro Guia de Análise da Economia Brasileira, Ed. Fundamento (2015).

Taiwan anuncia nova fase de cooperação bilateral com o Brasil

Representante de Taiwan no Brasil, Benito Liao assumiu cargo em novembro com a expectativa de estreitar ainda mais os laços entre os países; economia taiwanesa é a 21ª maior em termos globais

Taiwan e Brasil deverão estreitar ainda mais os laços e aprofundar a cooperação bilateral em diversas áreas, principalmente, nos segmentos de economia, cultura e tecnologia, inaugurando, assim, uma nova fase no relacionamento entre os países. É o que assegurou o novo representante de Taiwan no Brasil, Benito Liao, ao tomar posse do cargo, em novembro.

O representante, que acaba de chegar ao Brasil, em sua primeira entrevista à imprensa, expressou o compromisso em continuar o progresso já alcançado. Benito Liao destacou que os dois países compartilham valores universais, como liberdade, democracia e respeito pelos direitos humanos.

Também externou o desejo de reforçar, de maneira mais sólida, os laços entre ambos os países na era pós-pandemia, mantendo uma proximidade com o Legislativo e intensificando a colaboração com o Executivo, visando benefícios recíprocos para ambos os povos:

"Taiwan e Brasil têm um grande potencial de cooperação em diversas áreas, incluindo economia, cultura e tecnologia. Temos o compromisso de aprofundar ainda mais essas relações complementares e promover, ativamente, programas de bolsas de estudos destinados ao aprendizado da língua mandarim, uma forma, também, de fortalecer os laços entre os dois países", destacou.

O representante enfatizou a posição global de Taiwan no comércio mundial, com destaque para a força da economia taiwanesa, predominantemente, orientada para exportação: é a 21ª maior economia global (15ª maior em exportações e 18ª maior em importações), com grande competitividade, especialmente, nas áreas de alta tecnologia.

No segmento tecnológico, Taiwan desempenha um papel crucial nas cadeias de suprimentos globais, ocupando o sexto lugar no ranking mundial, de acordo com o Relatório Anual de 2023 do Instituto de Administração de Lausanne (IMD) da Suíça.

"Este é um momento extremamente importante, uma oportunidade de colaboração mútua, em que as duas nações podem trabalhar juntas para construir uma amizade mais estreita e trazer benefícios tangíveis para ambos os povos", destacou o representante.

O novo representante agradeceu o apoio do Brasil a Taiwan e reforçou o apreço pelo país e a confiança em uma era renovada de cooperação próspera entre os ambos.

Imagem: Stephen Meyers | Pexels

QUEM TEM
VISÃO ESTRATÉGICA
REDUZ O
RISCO
DO SEU NEGÓCIO.

Gestão, compra e venda de empresas, avaliação dos processos, sociedade desfeita.

A falta de planejamento pode originar um risco empresarial.

Um **diagnóstico** é necessário no sentido de **conhecer os problemas** e **gerar soluções.**

FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 580 escritórios e 82 países.

55 21 2156-5800

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Belo Horizonte - MG | Recife - PE | Brasília - DF

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Desvendando o "Fator K" na sua conta de água e esgoto

*Marcus Vinícius L. R. Gonçalves**

Você já ouviu falar do "Fator K" em sua conta de água? Ele pode parecer um conceito complexo, mas é essencial para entender como as tarifas de esgoto para imóveis industriais são calculadas. Nesta newsletter, vamos explorar o que é o "Fator K" e porque ele é tão importante.

Também conhecido como "carga poluidora," é um componente vital na determinação das tarifas de esgoto para empresas. Basicamente, é um fator de multiplicação aplicado às tarifas de esgotos de imóveis industriais. Ou seja, ele está relacionado à quantidade de poluentes lançados no esgoto e resíduos de difícil tratamento. Empresas com produção de esgoto de alta carga poluidora enfrentam tarifas mais elevadas.

Mas, lembre-se, a cobrança só pode ser realizada se puder ser comprovado que a atividade da empresa produz poluentes. Não se aplica a todos os esgotos, apenas àqueles que diferem dos esgotos domésticos em termos de propriedades. Esses esgotos não domésticos podem sobrecarregar o sistema de coleta e tratamento de esgoto, representar riscos à saúde e segurança dos operadores e causar danos irreversíveis ao meio ambiente.

Para que o "Fator K" possa ser aplicado, é necessário realizar um estudo técnico científico. Esse estudo confirma a toxicidade dos efluentes não domésticos na rede pública de esgoto. A responsabilidade de realizar esse estudo recai sobre a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). O estudo é uma etapa crucial para garantir que as empresas sejam cobradas de forma justa.

A SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) disponibiliza as informações dos percentuais do "Fator K" aplicados a cada ramo de atividade empresarial em seu site oficial. Essas informações ajudam a padronizar as tarifas e a garantir uma cobrança equitativa.

Caso as cobranças sejam feitas sem o prévio estudo técnico científico realizado pela CETESB, elas devem ser anuladas e os valores pagos indevidamente nos últimos 10 anos devem ser restituídos. Um recente caso em São Paulo demonstra a importância de seguir procedimentos adequados antes de cobrar o "Fator K". A magistrada Andrea Ferraz Musa afastou a cobrança de uma rede de supermercados devido à falta de provas de que um estudo técnico adequado havia sido realizado, então seu negócio pode estar passando pelo mesmo, sem que você saiba.

Compreender o "Fator K" é fundamental para empresas e consumidores, pois ele pode afetar diretamente o valor das contas de água e esgoto e consequentemente do serviço final. É essencial estar ciente das condições para sua cobrança e exigir o devido estudo técnico quando necessário.

Se você tem dúvidas sobre o "Fator K" ou acredita que pode estar sendo cobrado indevidamente, não hesite em entrar em contato conosco da BRG Advogados. Nossa equipe de especialistas em direito ambiental e regulatório está à disposição para fornecer orientação legal sólida e ajudar a proteger seus direitos, entre em contato conosco para obter a assistência necessária.

**Sócio do BRG Advogados.*

O Rio é a capital do G20

*Mauricio Carvalho Lyrio**

Em entrevista ao programa "A voz do Brasil", Mauricio Lyrio, que é o sherpa brasileiro nas negociações do G20, compartilhou as prioridades do Brasil na presidência do grupo, destacando a necessidade da redução das desigualdades, da fome e da pobreza no mundo, da mobilização de recursos para lidar com as mudanças climáticas e da reforma de instituições internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Sobre a estrutura do G20, o embaixador explicou as duas trilhas de atuação: a trilha de sherpas - que supervisiona as negociações e discute os pontos que formam a agenda da cúpula, e a trilha de Finanças - que trata de assuntos macroeconômicos.

Mauricio Lyrio destacou a importância de ambas as trilhas andarem juntas para a cúpula dos chefes de Estado, onde as decisões são tomadas.

Perguntado sobre os eventos a serem organizados durante a presidência brasileira, Lyrio descreveu a responsabilidade da tarefa: mais de 120 reuniões planejadas em diversas cidades do país, abrangendo desde grupos de trabalho até cúpulas ministeriais. Ele expressou confiança na capacidade do Brasil de receber bem os participantes estrangeiros. "A presidência brasileira do G20 visa não apenas abordar questões econômicas, mas também promover mudanças sociais positivas", salientou.

Ao longo dos próximos meses, o Brasil ficará responsável por organizar reuniões temáticas e setoriais entre os países do grupo, o ápice será a 19ª Cúpula do G20, marcada para os dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro. "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável" é o lema da presidência brasileira, que vai durar um ano.

O G20 foi criado como um Fórum para ministros das Finanças e governadores dos Banco Centrais, mas em 2008, após a crise financeira global daquele ano, ganhou a chamada trilha de Sherpas, integrada por emissários dos chefes de Estado e Governos, âmbito no qual é discutida, também uma agenda política. Na opinião do embaixador Rubens Barbosa, a presidência brasileira "deve focar nos três pontos principais já anunciados". Ele ressalta que "o Brasil não tem força para influir em temas militares, mas temos força para influir nessas áreas em que somos potência. Alimentos, combate á desigualdade, defesa do meio ambiente e transição energética". A luz do mundo estará voltada para o Brasil, e o Brasil tem que ter idéias concretas sobre o que temos que defender - diz Barbosa.

Mauricio Carvalho Lyrio, nascido no Rio de Janeiro, em 1967, é diplomata e escritor brasileiro. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1993. Trabalhou nas embaixadas do Brail em Washington, Buenos Aires, Pequim e na missão do

Brasil junto à ONU, em Nova York (2011-2013). Foi porta voz do Itamaraty de 2008 a 2010, secretário de Planejamento Diplomático de 2013 a 2016 e chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores de 2016 a 2017. É atualmente o embaixador do Brasil no México.

• Fonte: Site G20-Brasil 2024 - Wikipédia - Jornal O Globo

**Embaixador de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores e sherpa brasileiro, representante do chefe de Estado nas reuniões do G20-Brasil 2024.*

Investimentos anunciados somam mais de R$ 30,8 bilhões nas últimas semanas

Data	Empresa	Setor Econômico	Valor anunciado (milhões)		Montante (milhões de R$)	Período	Investimentos	Fonte
10/11/2023	Fortescue	Energia Elétrica	U$	5,000.0	24,550.0	nd	Projeto voltado para a produção de hidrogênio verde no Complexo Industrial e Portuário do Pecém na Região Metropolitana de Fortaleza (CE).	Poder 360
07/11/2023	Nissan	Complexo Automotivo	R$	2,800.0	2,800.0	2023-25	Modernização da capacidade de produção para adequação de novos modelos, alguns direcionados à exportação.	Valor Econômico
04/11/2023	MRV	Construção Civil	R$	2,000.0	2,000.0	2023-33	Construção de 11 mil apartamentos na zona norte de São Paulo (SP), com 80% dos apartamentos sendo enquadrados no programa Minha Casa Minha Vida.	InfoMoney
03/11/2023	Moldbrasil	Metalurgia	R$	600.0	600.0	2023-26	Construção de uma nova fábrica de ferramentaria em Sorocaba (SP).	Estadão
09/11/2023	XCMG	Equipamentos de transporte	R$	270.0	270.0	nd	Expansão do parque industrial da empresa em Pouso Alegre (MG), expandindo e criando uma nova linha de montagem de veículos de grande porte 100% elétrico.	Governo de Minas Gerais
31/10/2023	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Centro de Tecnologia Canavieira (CTC)	Agroindústria	R$	180.0	180.0	nd	Os recursos serão investidos em projetos de desenvolvimento de novas variedades transgênicas e em um novo sistema de plantio da matéria-prima, baseado em "sementes" sintéticas.	InfoMoney
21/11/2023	Natural One	Indústria Alimentícia	R$	150.0	150.0	2023-26	Expansão da linha de produção em Jarinu (SP), para ampliar a capacidade produtiva.	Globo Rural
21/11/2023	NS Participações e Investimentos	Shopping Centers	R$	100.0	100.0	2023-24	Criação de um novo shopping de rua, com espaço para locação de 100 lojas em Belo Horizonte (MG).	O Tempo
16/11/2023	Ricardo Brennand	Transporte e Logística	R$	80.0	80.0	2023	Construção de um centro de logística na Bahia.	Bahia.ba
13/11/2023	Governo Federal	Transporte Aéreo	R$	56.0	56.0	nd	Modernização no Aeroporto de Petrolina, no sertão de Pernambuco.	G1
16/11/2023	Governo de São Paulo	Saúde	R$	50.5	50.5	nd	Investimento no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (SP), que resultou em uma abertura de 108 leitos.	Governo do Estado de São Paulo
31/10/2023	Governo Federal e Municipal	Saneamento básico	R$	11.3	11.3	nd	Obras de drenagem e pavimentação do município de Três Lagoas (MS).	Prefeitura de Três Lagoas
01/11/2023	Governo Federal	Educação	R$	6.2	6.2	2023-25	Retomada de obras paralisadas e inacabadas na educação.	Governo Federal
14/11/2023	EM&I	Energia Elétrica	R$	5.0	5.0	nd	Expansão das atividades da empresa em Macaé (RJ).	G1

Fonte: DEPEC Bradesco

Algumas coisas que aprendi sobre dinheiro

- Seu vizinho não é tão rico e feliz quanto você pensa
- Quanto mais complicada a recomendação de investimento, mais inútil ela é
- Tentar ficar rico rápido e tentar ficar pobre rápido são duas faces da mesma moeda
- Tempo é mais escasso que dinheiro
- O preço da ação não liga para a sua opinião
- Comprar casa não é investimento
- Admire pessoas que ganham mais dinheiro que você, não pessoas que gastam mais dinheiro que você
- Seu assessor de investimento não trabalha de graça
- Você não precisa ser um gênio da matemática para tomar boas decisões financeiras. O sucesso financeiro é sobre 5% de inteligência e 95% de disciplina
- Aumento da sua renda não deveria significar aumento no seu estilo de vida
- Previsões são para meteorologia
- Pare de girar seu patrimônio
- Taxas e custos destroem o seu rendimento
- Existe uma relação inversa entre a performance dos seus investimentos e o tempo assistindo notícias e jornais
- Não pague juros para um bem que perde valor no tempo
- Sua vida é um benchmark melhor que o Ibovespa
- Você não precisa ser rico para investir, mas precisa investir para ser rico
- Invista no desenvolvimento pessoal antes de qualquer coisa
- Saber o que é o suficiente será o seu maior superpoder
- Você não precisa entender de juros compostos, mas precisa usar eles ao seu favor
- Poupar centavos é melhor do que ganhar centavos de rendimento
- Correções de mercado são mais recorrentes que aniversários, espere por elas
- Se você está excitado sobre um investimento, provavelmente é uma má ideia

O Ano de 2024 - previsões astrológicas

*Susie Verde**

O ano de 2024 é um ano de virada. Regido por Saturno, planeta ligado aos ciclos de tempo e maturação, ele trará importantes fechamentos e abertura de novos e importantes capítulos para a humanidade.

Seu tema predominante é a ação intencional, combinada com a capacidade de trabalho e resiliência diante de um cenário global em franca mutação. Será também um ano favorável a novos empreendimentos, especialmente à aqueles relacionados ao desenvolvimento e utilização de novas tecnologias, nos campos da comunicação, transporte, energia.

Plutão, planeta ligado às grandes transformações, inicia um ciclo de 20 anos em Aquário, signo ligado aos ideais progressistas e ao futuro. Esse é o marco inicial da grande revolução da informação através da IA - Inteligência Artificial - que crescerá de maneira exponencial, mudando o curso de nossa estória.

Embora a Inteligência Artificial traga avanços inimagináveis para todos os campos do conhecimento, personalidades como Ellon Musk e Yuval Harari, filósofo e autor best-seller, já previram as possíveis graves consequências éticas e sociais que isso pode acarretar.

Esse é um território novo e desconhecido, em que a relação entre o home e a máquina será o foco de muitas reflexões éticas. Estamos diante de uma revolução tecnológica onde verdade e ilusão coexistem livremente nas mídias sociais e na imediata transmissão de informações. Positivamente, verdades e esquemas de poder há muito encobertos, virão a tona, reestruturando a sociedade em bases mais transparentes e justas.

Devemos observar um acentuado crescimento das moedas virtuais e a descentralização da moeda oficial internacional. Urano em Touro indica uma grande volatilidade cambial e, especialmente durante os eclipse de final de março e início de abril, é possível que eventos internacionais, possivelmente conflitos armados de grande relevância, venham a afetar a economia de modo significativo.

Touro fala da Terra e em abril teremos uma bela conjunção de Júpiter e Urano nesse signo, possivelmente trazendo descobertas inovadoras de energias alternativas e de produção de alimentos em contra-partida ao aquecimento global e ao uso descontrolado dos recursos naturais. Em seu aspecto menos positivo, devemos sofrer grandes abalos sísmicos e fortes movimento dos mares.

A nível empresarial, devemos observar o crescimento dos sistemas colaborativos e descentralizados na figura do líder ou grupo deliberativo. Modelos horizontais de gestão, mais dinâmicos e inter-conectados rapidamente substituirão estruturas arcaicas e verticais de poder.

Essas transformações estruturais são reflexo de uma evolução sócio-econômica teve início em Janeiro de 2020, quando Júpiter e Saturno se encontravam no signo de Aquário. Logo após, a pandemia do Covid-19 foi decretada e o mundo tornou-se virtual. Esse foi o marco de um ciclo baseado no elemento ar, que fala de globalização, rapidez e compartilhamento de informações nunca antes visto.

Em maio, Júpiter entra no signo de Gêmeos fazendo um belo aspecto a Plutão, ativando as sementes plantadas em 2020. A inteligência, criatividade e inovação serão elementos fundamentais de um acordar coletivo em direção a um novo sistema econômico, que agora começa a tomar corpo e que se desenvolverá pelos próximos 200 anos.

Trata-se de uma nova era, trazendo oportunidades nunca vistas para empreendedores visionários e criativos. Porém, no meio a uma explosão de inovações, caminharemos por 2024 em um terreno desconhecido. Por isso é necessário extrema cautela e constante atenção às tendências de mercado que mudam com grande rapidez.

Um fator muito significativo esse ano é a eleição presidencial dos Estados Unidos em 5 de novembro. Durante uma breve retrogradação de Plutão e após dois importantes eclipses em outubro, isso assinala um período extremamente volátil. Atualmente, Plutão encontra-se em seu ponto de retorno, em um ciclo iniciado em 1776, data da Declaração de Independência americana. O grande gigante encontra-se em um profundo processo de transformação e reestruturação de identidade. A briga pelo poder promete ser muito acirrada e confusa, marcada por inúmeros protestos, o que afetará de maneira direta o dólar e os mercados mundiais.

CONCLUSÃO

O ano de 2024 promete grandes mudanças, avanços e desafios únicos. Começamos o ano com o otimismo de grandes oportunidades e imensa velocidade dos fatos. Será um ano marcado pelo dinamismo das polaridades, onde crises econômicas e protestos políticos clamando por justiça social e direitos humanos estarão em toda parte. Afinal, estamos criando um novo mundo em que a humanidade busca um novo sentido de existência.

Para contrabalançar isso, precisamos buscar um ponto de equilíbrio interno, que pode ser encontrado através do auto-cuidado e contato com a terra.

Lembre-se: as grandes mudanças sempre acontecem de dentro para fora. Por isso, procure acordar o seu gigante interior e surge com as oportunidades, assim como as crises.

Te vejo lá!

Astróloga, comunicadora e bacharel em Direito. Apaixonada por ciclos planetários há algumas décadas, ela fez sua formação na Faculty of Astrological Studies de Londres, prestigiosa instituição do saber astrológico. Com uma prática consolidada pelos anos, ela palestrou em diversas conferências internacionais falando sobre Astrologia do Mundo, que interliga tendências sociais e econômicas com movimentos planetários. Atualmente residente entre o Rio e NYC, ela mantem uma prática remota, atendendo clientes de vários países.

NA ECONOMIA E NOS NEGÓCIOS
GANHA QUEM ESTÁ CONECTADO.

LEXBRIDGE
FUSÕES & AQUISIÇÕES

55 21 99130-7919
novosnegocios@lexbridge.com.br
www.lexbridge.com.br

TAUIL & CHEQUER

DA ESQ. PARA DIR.: IVAN TAUIL, CAROLINA BOTTINO, EDUARDO TELLES E ANDREA TORRES/ DIVULGAÇÃO

O escritório Tauil & Chequer Advogados associado a Mayer Brown realizou mais uma edição do Energy Tax Seminar, no Emiliano Hotel, localizado em Copacabana, no Rio de Janeiro. O evento, que acontece anualmente, chegou a 13ª. edição e não poupou conteúdo de qualidade para os mais de 80 convidados presentes.

O seminário foi dividido em quatro painéis, focados nos temas mais relevantes em discussão no Brasil hoje, como Repetro-Sped e suas questões controvertidas, a Tributação na Transferência de Titularidade do Petróleo e Gás Produzidos no Regime de Partilha, a Reforma Tributária e seus impactos no setor e a discussão sobre Geração Centralizada e Geração Distribuída de Energia Elétrica. Além da participação dos sócios do escritório, o evento contou com convidados como Andrea Torres, Tax & Accounting Manager na TotalEnergies , Fabio Gaspar, Country Tax Manager na Shell, Cristiano Gadelha, Gerente Geral de Representação Externa em Tributos e Participações Governamentais na Petrobrás e Sergio Andre Rocha, Professor de Direito Financeiro e Tributário e Parecerista na UERJ.

O encontro teve como principal objetivo fomentar um diálogo aberto com clientes e demais públicos de interesse sobre o tema. “O evento nos aproximou de empresas e executivos que atuam direta ou indiretamente com o setor de energia no Brasil e, consequentemente, precisam compreender os impactos das novas legislações em seus negócios”, afirma Ivan Tauil, sócio de Tributário do escritório Tauil & Chequer Advogados associado a Mayer Brown.

“Temos longa presença e reputação, especialmente nos mercados de Petróleo e Gás, e uma equipe altamente qualificada para representar companhias nacionais e internacionais nos mais variados assuntos jurídicos e em importantes disciplinas do direito financeiro, societário, tributário, ambiental, regulamentação comercial e energética, entre outras”, explica Carolina Bottino, sócia de Tributário.|

CRÔNICAS DA ECONOMIA DO POSSÍVEL

O livro digital “Crônicas da Economia do Possível”, volume II, do jornalista Coriolano Gatto, reúne colunas publicadas na EXAME, de julho de 2021 a agosto de 2023. Ele repete o caminho trilhado no primeiro livro: seguir à risca os ensinamentos de grandes mestres ao manter distância das posições radicais _ à esquerda e à direita. O livro contém histórias de empreendedores, a exemplo do industrial João Teixeira Soares, um pioneiro da ferrovia ao lado do Barão de Mauá, século XIX, ao ícone da gastronomia Anthony Bourdain, passando pelo cardeal Eugenio Sales, que ficou conhecido com o epíteto de o último príncipe da Igreja Católica. Há um amplo espectro de economistas entrevistados, como Manoel Pires, Luiz Guilherme Schymura, Paulo Guedes (quando ministro da Economia), Renê Garcia, Vilma Pinto, entre outros, além de agentes do mercado que ajudaram a trocar em miúdos a complexa e desigual economia brasileira. E presta uma justíssima homenagem ao maestro e ex-ministro Mario Henrique Simonsen, que rege a Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB) em vídeo inédito cedido pelo empresário João Roberto Marinho, chairman do Grupo Globo. A obra só foi possível em razão do apoio incondicional da EXME e dos patrocinadores Baru e Harbour Capital, ambos com a participação acionária relevante do empresário Paulo Cesar Rutzen.

Serviço: O e-book estará disponível no Kindle
https://amz.onl/eGD9GxB e PDF no site www.gatmidia.com

A CASA DA LAGOA

A Casa da Lagoa, o bonito livro da arquiteta e museóloga Ruth Levy, que foi lançado no último mês de dezembro, descortina as memórias arquitetônicas da casa, ao longo de nove décadas, onde a colecionadora Eva Klabin morou e que foi transformada em museu. O prefácio é do também arquiteto Lauro Cavalcanti, diretor da Casa Roberto Marinho.

HUUSK

O número 1 entre as facas de cozinha no Mundo.

PESQUISA SERASA

- Pesquisa produzida pela Serasa revela o comportamento financeiro nas periferias e nos centros urbanos;
- 28% dos moradores das periferias afirmam saber pouco ou nada a respeito de educação financeira;
- Integrantes de periferias têm menos interesse pelo tema de educação financeira (49%) do que residentes de grandes centros urbanos (65%);
- 38% dos moradores de periferia não se sentem confortáveis em conversar com amigos e familiares sobre sua situação financeira ou sobre dinheiro em geral;
- Ainda assim, 48% das pessoas que moram afastadas dos centros urbanos afirmam que gostariam de fazer um curso especializado no tema.

Apenas 41% dos moradores das periferias asseguram ter fácil acesso à educação financeira, seja online, seja presencial. O número é bem maior entre os residentes dos grandes centros urbanos: 60%. Isso faz com que quase 3 em cada 10 moradores de periferias (28%) afirmem saber pouco ou nada a respeito do assunto.

Os dados da pesquisa "Finanças na Periferia", realizada pela Serasa em parceria com o Instituto PiniOn, no entanto, revelam que existe desejo de mudar esse cenário, uma vez que 48% dos residentes de periferias afirmam que gostariam de fazer um curso especializado em educação financeira. E 34% se mostram dispostos a pagar por esses conteúdos. Esses índices, ainda assim, são maiores entre os moradores dos centros urbanos: 59% e 43%, respectivamente.

"O menor interesse por cursos entre as pessoas que vivem nas periferias pode ser justificado pela distância em relação ao tema e, consequentemente, pela dificuldade de compreensão do que significa educação financeira. O acesso gratuito a esse tipo de assunto, porém, pode contribuir para mudar esse cenário", diz Patricia Camillo, especialista da Serasa em educação financeira.

Caso tivessem mais acesso à educação financeira, os integrantes das periferias poderiam lidar melhor com o tema, tanto pessoalmente quanto com terceiros. Isso porque apenas 1 a cada 10 moradores das periferias brasileiras (12%) está satisfeito com sua vida financeira e 38% não se sentem confortáveis em conversar com amigos e familiares sobre sua situação ou até mesmo sobre dinheiro em geral.

A pesquisa entrevistou 2.549 pessoas acima de 18 anos, de todas as classes sociais e regiões do país.

Santa Cruz, a marca paulistana de cachaça que quer conquistar Portugal

Destinada a pessoas que gostam de navegar por novos mares, quer em termos de matéria-prima quer partilhando experiências, a Santa Cruz tem como objetivo explorar os ventos favoráveis do destilado brasileiro.

Silvana Carminati, formada em Designer de Interiores, nunca alimentou o sonho de desenvolver sua própria marca de cachaça. Há dois anos, decidiu correr o risco e "cambar" – expressão náutica que significa mudar a direção -, incentivada pelo marido e por um cunhado português. Nascia assim a Santa Cruz, uma marca luso-brasileira de cachaça, com o objetivo de alcançar novos apreciadores da bebida dentro e fora do país.

A cachaça Santa Cruz é produzida e engarrafada na fazenda Boa Sorte, na cidade de Sacramento, Minas Gerais – uma parceria com os criadores da Cachaça Batista – e a distribuição é feita a partir do bairro de Mirandópolis, em São Paulo capital. "A ideia inicial era montar uma loja de cachaças, começamos a pesquisar o mercado e optamos por desenvolver nossa marca própria", disse Carminati.

Silvana e o marido Anderson, advogado há 20 anos, buscaram cursos e passaram a viajar conhecendo alambiques para compreender os meandros da indústria da cachaça. Sem nenhum legado familiar na produção de destilados, mas certos do potencial da categoria, fundaram a Cachaça Santa Cruz em 2021, como um empreendimento familiar, com mais dois primos.

NAVEGANDO EM NOVOS MARES

Tudo começou quando Silvana recebeu em sua casa o cunhado português, em uma visita ao Brasil. Durante a estadia, ela e o marido foram levados a deixar os vinhos de lado, para agradar ao visitante que queria beber cachaça. Sem fazer desfeita, o casal, até então distante dos encantos do destilado brasileiro, redescobriu esse universo pelo paladar de seu parente luso.

"Meu pai e meu tio gostavam muito de cachaça, mas eu nunca havia me interessado, até ser convidada pelo meu cunhado português". A experiência foi tão marcante que a família decidiu explorar a ideia de empreender com a categoria, unindo as tradições brasileiras e portuguesas.

A parceria transcendeu a amizade e se transformou em um negócio, no qual Silvana, o marido e os primos, Anderson Cavichio Zanqueta e Erik Cavichio Zanqueta, não só distribuem uma cachaça de qualidade, mas também celebram duas culturas através dessa bebida única.

O nome da Cachaça Santa Cruz e a imagem das estrelas que formam o cruzeiro do Sul, foram desenvolvidos pela própria Silvana para o rótulo da Santa Cruz, e são uma referência direta às navegações portuguesas e à história do Brasil.

PRODUTORES INVESTEM EM CACHAÇA E GIN

O primeiro produto lançado pela Santa Cruz Destilaria foi um blend. A Cachaça Santa Cruz Premium 5 anos é envelhecida por 3 anos em carvalho francês e 2 anos em amburana de primeiro uso. A amburana traz uma riqueza floral, enquanto a passagem no carvalho confere equilíbrio no dulçor até atingir a suavidade desejada.

"A Cachaça Santa Cruz Premium é um produto bem acabado, que agrada bastante. Temos recebido ótimos retornos de clientes que gostaram de apreciar nosso blend com charuto e vemos o potencial do produto nacional se desenvolver nessa área",comenta Silvana Carminati.

A Cachaça Santa Cruz Clássica, por outro lado, remete aos aromas originais de cana-de-açúcar que vão muito bem em dose pura ou em coquetéis e caipirinhas. A destilaria também navega nas águas do gin. A empresa busca atender um conjunto crescente de consumidores, com o Gin Crux London Dry, destilado de cereais que leva 23 botânicos nativos e regionais, como limão cravo, louro, hortelã, lavanda e gengibre.

AMPLIANDO OS HORIZONTES DA SANTA CRUZ

Nos primeiros anos de vida, a Santa Cruz Destilaria focou principalmente no marketing boca a boca, estabelecendo contatos que permitiram levar a Cachaça Santa Cruz para locais pontuais na Austrália, Portugal e Alemanha.

Após essa fase inicial de aprendizado sobre a categoria e o mercado, a empresa está intensificando seus esforços para expandir a distribuição. Atualmente, os produtos da Santa Cruz Destilaria estão disponíveis para compras online no site da empresa.

Os planos da Santa Cruz Destilaria, para os próximos anos, prevêem expandir a linha de produtos. A empresa já detém uma segunda marca registrada de cachaça e quer explorar o mercado para diferentes perfis de bolsos e paladares.

No futuro, a Santa Cruz Destilaria ainda planeja focar na internacionalização, levando a marca definitivamente para fora do Brasil. Silvana compartilha sua intenção de enviar a Cachaça Santa Cruz para Portugal, aproveitando a expertise do cunhado português na área de comércio, o que espera-se facilitar a entrada da marca no mercado europeu.

"Trabalhar com cachaça é prazeroso. Não é um produto que as pessoas fazem cara feia. Onde quer que você vá, as pessoas têm interesse. Elas gostam e querem entender, querem conhecer mais sobre cachaça. É realmente satisfatório".

Transparência para quem e de quem?

*Diego Ramiro**

No ano de 2023, mais especificamente no dia 01/06/2023 a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) colocou em vigor um conjunto de normas (Resolução 178 e 179) que trazem um avanço na atuação dos Assessores de Investimentos. A quantidade desses profissionais no mercado vem aumentando muito no Brasil, sendo responsáveis por auxiliar milhões de investidores em todo o país. Atualmente, são mais de 23 mil profissionais que democratizam os investimentos no Brasil e levam diariamente a educação financeira para milhões de pessoas.

A evolução das normas trouxe, também, um olhar atento aos investidores brasileiros, que terão mais transparência quando o assunto é a remuneração desses profissionais. Isto porque a partir do dia 01/01/2024, as plataformas de investimentos, seguindo exigência da Resolução 179, enviarão trimestralmente aos seus clientes os comissionamentos pagos aos Assessores de Investimentos por produtos distribuídos por eles.

Por um lado, alguns podem ver essa transparência como um meio de mitigar conflitos de interesse comuns em atividades comerciais. Isso, pelo fato de o cliente ter acesso ao comissionamento dos assessores. Por outro lado, o excesso de informações sobre cada produto, sem uma explicação previa, poderá levar a uma confusão para o investidor. Ao invés de esclarecer, irá dificultar a sua visão, uma vez que cada produto paga de uma forma diferente, em percentuais diferentes – alguns fracionados, outros no momento da aplicação.

Entendo que o melhor seria apresentar este comissionamento de um jeito muito mais qualitativo do que quantitativo, mas a forma e o modelo ainda não foram definidos e, cada instituição, deverá apresentá-lo da maneira que entender a norma. Quanto mais padronizado, melhor para que o investidor possa comparar, com equidade, os produtos ofertados a ele.

Apesar de entender que essa questão é muito importante, valendo maior aprofundamento, o ponto que mais chama a atenção é que essa transparência será apenas para os valores mobiliários, abrangendo apenas o conjunto de produtos e serviços que estão sob a supervisão da CVM. Dessa forma, os bancos e seus profissionais não estão embarcados nesta norma e, logo, não terão que abrir seus comissionamentos. Isso sim gerará uma assimetria de informação, que poderá confundir o investidor que hoje utiliza tanto os meios bancários quanto as plataformas, para a sua vida financeira.

Esta assimetria é o reflexo do que é a burocracia brasileira, uma vez que, uma norma que deveria abarcar a todos do sistema financeiro, não o fará, devido à limitação do universo regulatório que temos no país. Meu desejo é que o Banco Central veja este problema e análise com celeridade o ofício que a ABAI (Associação Brasileira dos Assessores de Investimentos) protocolou, pedindo a equiparação da transparência para todas as partes do sistema financeiro e não apenas para os valores mobiliários. Afinal, a transparência tem que ser para todos!

Sendo assim, podemos esperar que no ano de 2024 tenhamos grandes mudanças no mercado de assessoria. Tenho orgulho de fazer parte de uma profissão que será pioneira na questão de transparência, reforçando o compromisso com o nosso maior ativo: os investidores brasileiros. No entanto, em um país com pouca educação financeira, me preocupa o fato de como esta informação chegará às pessoas e quem terá o acesso a ela, pois como demonstrei aqui, nem todos a terão. Assim, a pergunta crucial é: transparência para quem e de quem?

**Presidente da ABAI – Associação Brasileira dos Assessores de Investimentos.*

8 em cada 10 pessoas ao redor do mundo comem em restaurantes do tipo Fast Food

Estudo da Kantar aponta que consumidores visitam esses estabelecimentos duas vezes ao mês

O consumo de lanches e bebidas não alcoólicas fora do lar está em ascensão ao redor do mundo. Na América Latina, por exemplo, apresentou alta de 25% em valor na comparação entre o segundo trimestre de 2023 e o mesmo período do ano anterior. As informações da Kantar, líder em dados, *insights* e consultoria, apontam ainda aumento de 10% na China e de 9% na Europa.

Em relação aos meios preferidos, 8 em cada 10 pessoas comem em restaurantes do tipo Fast Food. Em média, os consumidores visitam esses estabelecimentos duas vezes ao mês, totalizando 24 refeições ao ano. Vale ainda destacar que, entre 2019 e 2023, a modalidade apresentou 30% de alta em valor e cresceu 5% em lealdade.

Outro dado a respeito do consumo fora do lar é que metade dos consumidores costuma comer no local – alta de 3% entre o segundo trimestre de 2023 e o mesmo período do ano anterior. Mas 26% preferem retirar os pedidos e 24% usam o *delivery*.

Por falar em delivery, o hábito de pedir refeições se consolida após o impulso causado pela pandemia de covid-19. Todas as regiões estudadas pela Kantar crescem na frequência de consumo. Tailândia e Coreia do Sul, por exemplo, realizam um pedido por semana em 2023. Brasil, China e Indonésia fazem uma vez a cada 15 dias.

Os consumidores justificavam os pedidos de *delivery* com diferentes motivos. Os principais deles são: não se dar ao trabalho de cozinhar (24%), usar a refeição como mimo ou recompensa (14%) e preferir ficar em casa a visitar um restaurante (13%).

Ainda é válido destacar que 40% das ocasiões de consumo de *delivery* são realizadas no jantar, aos fins de semana. As preferências, no entanto, mudam conforme a região. Pizza é a favorita de Brasil, Espanha, França e México. Já o hambúrguer é o queridinho do Reino Unido. Índia e Indonésia preferem a cozinha regional, a China, os *noodles*, e a Coreia do Sul, o frango frito.

Os dados acima levam em consideração o consumo de lanches e bebidas não alcoólicas fora de casa em 11 países (Brasil, China, Coreia do Sul, Espanha, França, Índia, Indonésia, México, Portugal, Reino Unido e Tailândia). As pesquisas foram conduzidas em junho de 2023 com mais de 15 mil pessoas, que representam 40% da população global.

A Kantar é líder global em dados, *insights* e consultoria. Atuamos em mais de 90 mercados globais e somos a empresa que mais entende como as pessoas pensam, sentem, compram, compartilham, escolhem e veem. Ao combinar nossa experiência sobre o conhecimento humano com tecnologias avançadas, ajudamos nossos clientes a entender as pessoas e inspirar crescimento.

Casa Fiat de Cultura divulga artistas selecionados a expor na Piccola Galleria em 2024/25

7º Programa de Seleção recebeu mais de 200 inscrições, com representantes de várias regiões do Brasil

O 7º Programa de Seleção da Piccola Galleria da Casa Fiat de Cultura selecionou 6 artistas para a programação de exposições do calendário de 2024 e 2025. São eles: Coniin (Belo Horizonte/ MG), Rafael Vilarouca (Juazeiro do Norte/ CE), Higo José (São Paulo/SP), Mozileide Neri (Rio de Janeiro/RJ), Will (Belo Horizonte/MG) e Alice Yura (São Paulo/SP). Os projetos escolhidos são inéditos e foram desenvolvidos especialmente para o programa, a partir de técnicas de pintura, fotografia, escultura, performance e instalação. Cada mostra terá duração de cerca de 40 dias e contará com entrada gratuita e ações especiais desenvolvidas pelo programa educativo da Casa Fiat de Cultura.

Como aconteceu nas edições anteriores, a comissão avaliadora se compunha por um time de especialistas. As propostas finalistas foram selecionadas por representantes do setor cultural: o curador, pesquisador e educador Bitu Cassundé; a professora, artista e pesquisadora Telma Martins; e a artista e professora Leonora Weissmann. O processo se realizou 100% online, de modo a facilitar a inscrição de pessoas de todo o Brasil. No total, mais de 200 trabalhos foram enviados, e a avaliação dos jurados também se deu no formato virtual.

As exposições do 7º Programa de Seleção da Piccola Galleria serão exibidas em um espaço da Casa Fiat de Cultura voltado ao incentivo permanente das mais diversas expressões artísticas. Durante a programação, serão realizadas visitas mediadas pelo Programa Educativo, além de ações especiais, que visam ampliar o acesso do público e a visibilidade dos artistas.

As ações dialogam com o conceito das exposições e buscam criar novas reflexões, além de estimular os visitantes a desenvolverem novas perspectivas sobre as obras expostas, e com os eixos curatoriais, ao buscar conexões com as vivências de cada um. "Nosso trabalho de formação de público é muito importante. As iniciativas do Programa Educativo valorizam a obra de cada artista e fomentam diversas discussões, estimulando o visitante a fazer conexões com temas atuais e também históricos e a ter um novo olhar para a arte contemporânea", ressalta Ana Vilela, Gestora Cultural da Casa Fiat de Cultura.

Nas seis edições já realizadas, o Programa de Seleção da Piccola Galleria apresentou o trabalho de 35 artistas, abrigou cerca de 400 obras e recebeu um público de mais de 400 mil pessoas. A sala expositiva é um ambiente dedicado às artes visuais e sua criação marcou os 10 anos da Casa Fiat de Cultura. Situada ao lado do painel "Civilização Mineira", de Candido Portinari, no hall principal da Casa Fiat de Cultura, o pequeno recinto é destinado a exposições de curta duração, mas com toda a visibilidade ensejada pela instituição. Local intimista e com grande circulação de público, conta com a chancela da Casa Fiat de Cultura e do Circuito Liberdade, um dos mais importantes corredores culturais do país.

O 7º Programa de Seleção da Piccola Galleria é uma realização da Casa Fiat de Cultura e do Ministério da Cultura, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Conta com o patrocínio da Fiat e do Banco Safra, e copatrocínio do Banco Stellantis e da Brose do Brasil. O evento tem apoio institucional do Circuito Liberdade, além do apoio do Governo de Minas e do Programa Amigos da Casa.

Palavra da comissão avaliadora

"É sempre uma rica experiência ter acesso a um conjunto de propostas, de um amplo panorama de produção contemporânea brasileira. O programa de exposição da Piccola Galleria cumpre o importante papel de apoiar e viabilizar a produção de artistas de diferentes lugares do Brasil." – Bitu Cassundé

"Participar do processo de seleção de ocupação da Piccola Galleria foi um aprendizado e um enorme prazer. Toda a equipe unida atuou com diálogo e cuidado e fez um belo trabalho, saindo muito satisfeita com a difícil, mas necessária, tarefa de escolha das propostas. A Casa Fiat de Cultura é uma referência cultural importantíssima em Belo Horizonte e oferece o espaço instigante, convidativo e desafiador da Piccola Galleria, na porta de entrada da casa, como alternativa potente para artistas brasileiros mostrarem seus trabalhos." – Leonora Weissmann

"Participar do processo de seleção dos artistas para a Piccola Galleria, além de proporcionar uma experiência expandida no campo das produções artísticas contemporâneas, foi certamente relevante para compreender a importância dessa instituição. Afinal, ao abrir espaço para novos artistas, essa galeria possibilita a visibilidade e incentiva a arte de maneira democrática, ativa e em conexão com a contemporaneidade." – Telma Martins

Polarização: da boca para fora ou para dentro?

*Alvaro Piano Rocha**

Sempre houve algum tipo de polarização na sociedade, seja na esfera política, profissional, familiar, conjugal ou naquela das amizades. Opiniões diferentes sobre um mesmo assunto são necessárias para o enriquecimento de qualquer cultura, sobretudo num ambiente democrático como o nosso. Concordância em excesso tende a sufocar a liberdade de expressão e de pensamento.

No entanto, o que vem se reforçando atualmente é uma polarização exacerbada, caracterizada pela intolerância e pela falta de respeito mútuo, fazendo com que acabe desembocando em alguma forma de agressão verbal, quando não física. Desse modo, cria-se um distanciamento perigoso entre as pessoas, onde as opiniões acabam se sobrepondo sobre os relacionamentos humanos, facilitando ainda mais a agressividade, num círculo vicioso cada vez mais difícil de ser rompido.

Vários e excelentes artigos já foram escritos sobre o tema, mostrando como a pandemia e o crescente uso das mídias sociais contribuíram para o quadro atual. Vimos também como as grandes plataformas digitais descobriram as enormes vantagens monetárias decorrentes do chamado marketing direto, criando verdadeiras bolhas fechadas onde somente opiniões semelhantes são "trocadas", em que o diferente passa a ser ofensivo e o diálogo saudável fica comprometido.

Enfim, como tudo isso já foi muito bem colocado, minha intenção aqui é apontar algumas atitudes passíveis de minimizarem esse delicado impasse e, dentro do possível, restabelecer a harmonia entre visões diferentes, ou mesmo opostas, da realidade.

Em primeiro lugar, devemos ter claro que se trata de uma iniciativa estritamente individual, pois seria incoerente partir do princípio de que devemos controlar os outros, impondo nosso ponto de vista, já que é exatamente isso que alimenta a própria polarização tóxica! Assim, começamos fazendo um esforço para nos desapegarmos de nossas opiniões, percebendo que são coisas que agregamos artificialmente à nossa identidade e, inconscientemente, fazemos o mesmo com os outros, onde qualquer discordância acaba logo se tornando uma ameaça à nossa sobrevivência. É claro que o ideal seria que ambas as partes se trabalhassem juntas e a harmonia fosse mútua, porém, isso não pode passar de ser apenas uma preferência, e jamais uma exigência inflexível.

Assim, passamos a nos questionar enquanto donos da verdade e a cultivar uma postura onde estamos mais abertos a descobrir pontos positivos nas verdades alheias. Percebemos que, muitas vezes, os outros são tão sinceros quanto nós e também buscam soluções para os eternos problemas humanos; que, em última instância, estamos todos "no mesmo barco".

Outro efeito colateral negativo do uso abusivo das redes sociais é a perda progressiva da atenção focada e concentrada, gerando uma atitude dispersiva e sem direção definida. Assim, fica cada vez mais difícil realmente ouvir imparcialmente o que os outros têm a nos dizer e oferecer de positivo. Há um excesso de autoafirmação e falta de interesse em permitir que os outros façam o mesmo. É preciso ouvir-se primeiro para ouvir o outro. Perceber a qualidade do que motiva a nossa fala (se é egoísta ou altruísta).

Muitas vezes nos esquecemos de quantas vezes verdades que nos pareciam imutáveis foram abandonadas por uma expansão de consciência, e que o mesmo acabará ocorrendo com as atuais. Deixamos de perceber que, o que chamamos de erro nos outros hoje, já foi o nosso acerto ontem, assumindo uma postura julgadora e intransigente. Em vez de nos colocarmos no lugar dos outros, colocamos eles no nosso, criando expectativas fantasiosas.

Uma dica prática para evitar que conversas com pessoas queridas degenerem em altercações verbais é, antes de encontrá-las, procurar lembrar-se de momentos felizes vividos em comum, bem como de qualidades e virtudes que possuem e, quando estiverem juntos, ter isso bem presente na consciência, suavizando qualquer ressentimento.

Outra sugestão é evitar "cutucar o tigre com vara curta", ou seja, não trazer à tona assuntos e expressões espinhosos (palavrões, rótulos, chavões ideológicos) e, em vez disso, procurar falar de amenidades que evoquem o afeto mútuo existente desde sempre. E, se for necessário colocar limites no caso de uma agressão verbal sofrida, tentar fazê-lo sem raiva, mantendo a serenidade.

Para finalizar, uma última proposta: abrir-se para a possibilidade de não ter razão ou de dizer a última palavra, isto é, deixar-se deliberadamente ser "diminuído" numa eventual discussão, abandonando o impulso para "ganhá-la" a qualquer custo. Portanto, em vez de tentar mudar o outro, mudar a si mesmo em relação a ele!

**Graduado em História pela PUC RJ, foi dono da livraria esotérica Pororoca. No ano passado lançou o livro " Mergulho Interior – Uma introdução ao Autoconhecimento", pela Editora Graphus.*

Como usar o cartão de crédito: Um Guia Completo

O cartão de crédito é uma ferramenta financeira poderosa e conveniente. No entanto, para aproveitar ao máximo os benefícios do cartão de crédito, é essencial entender como usá-lo corretamente. Este artigo oferece um guia completo sobre como usar um cartão de crédito

Escolha o cartão de crédito certo

Antes de começar a usar um cartão de crédito, é importante escolher o cartão certo. Considere suas necessidades financeiras, seu estilo de vida e seus hábitos de gastos. Além disso, compare as taxas de juros, as taxas anuais, os benefícios e as recompensas de vários cartões de crédito.

Bancos oferecem uma infinidade de cartões no qual proporcionam diversas funções bem como vantagens. Escolher a opção que mais atende suas necessidades é muito importante para evitar ter algo que não irá utilizar no futuro.

Batendo nessa tecla muitos cartões em suma que possuem diversas funcionalidades possuem taxas que podem não ser tão atraentes para o seu orçamento caso você não necessitar de verdade dessas funcionalidades.

Entenda os termos do seu cartão de crédito

Depois de escolher o cartão de crédito certo a princípio certifique-se de entender completamente os termos e condições do seu cartão. Isso inclui a taxa de juros, o período de carência, as taxas de transação estrangeira, as taxas de atraso e muito mais.

Entendendo os Termos do Seu Cartão:

Data de Vencimento e Pagamento:

Esteja ciente da data de vencimento da fatura. Cumprir o prazo é crucial para evitar encargos por atraso e manter a princípio uma boa pontuação de crédito.

Juros e Parcelamento:

Compreenda a taxa de juros aplicada em caso de pagamento parcial ou parcelamento da fatura. Conhecer esses termos ajuda a planejar suas finanças de maneira sobretudo muito mais eficaz.

Seguros e Benefícios Adicionais:

Familiarize-se com os seguros e benefícios adicionais oferecidos pelo cartão, como seguro de viagem, garantia estendida e proteção contra roubo.

Condições de Uso Internacional:

Se você pretende usar o cartão em transações internacionais, saiba sobre taxas de conversão de moeda e outras condições relacionadas.

Política de Saques e Adiantamento de Dinheiro:

Evite surpresas desagradáveis compreendendo as taxas e condições associadas a saques em dinheiro e adiantamento de crédito.

Política de Cancelamento e Devolução:

Conheça as políticas de cancelamento e devolução relacionadas a compras feitas com o cartão.

Termos de Garantia e Responsabilidade:

Esteja ciente dos termos de garantia e sua responsabilidade em caso de perda, roubo ou uso não autorizado do cartão.

Entender os termos do seu cartão de crédito é essencial para garantir uma experiência financeira saudável. Ao escolher sabiamente e estar ciente dos detalhes contratuais, você maximiza os benefícios do cartão enquanto mantém o controle sobre suas finanças pessoais.

Como usar o cartão de crédito
Use seu cartão de crédito com responsabilidade

Use seu cartão de crédito com responsabilidade para evitar dívidas desnecessárias. Tente pagar o saldo total do seu cartão de crédito todos os meses para evitar juros. Além disso, evite fazer compras impulsivas com seu cartão de crédito.

O cartão de crédito, uma ferramenta financeira poderosa, demanda uma abordagem responsável. Mantenha um orçamento claro, pague a fatura integralmente, evite saques em dinheiro bem como monitore suas transações. Conheça seu limite, seja seletivo com seus cartões e compreenda os benefícios oferecidos.

Esteja atento às datas de vencimento bem como reserve um fundo de emergência. Ao adotar essas práticas, você transforma seu cartão em um aliado para simplificar transações, sem comprometer a estabilidade financeira.

Aproveite ao máximo as recompensas

Muitos cartões de crédito oferecem recompensas, como pontos, milhas aéreas ou dinheiro de volta. Certifique-se de entender como o programa de recompensas do seu cartão funciona e tente maximizar suas recompensas.

Escolher um cartão de crédito com programa de recompensas é uma jogada inteligente. Desfrute de benefícios como cashback, milhas aéreas ou descontos em suas compras. Use seu cartão responsavelmente para acumular e aproveitar ao máximo as recompensas oferecidas. Uma escolha simples pode trazer vantagens significativas para o seu bolso.

Contudo não vá se empolgar e gastar além do que pode somente para ganhar esses prêmios ok?

Como usar o cartão de crédito
Monitore seu uso de cartão de crédito

Monitore regularmente seu uso de cartão de crédito. Verifique suas declarações de cartão de crédito todos os meses e esteja atento a qualquer atividade suspeita.

Uma maneira eficiente é através de uma planilha ou então uma tabela financeira pessoal.

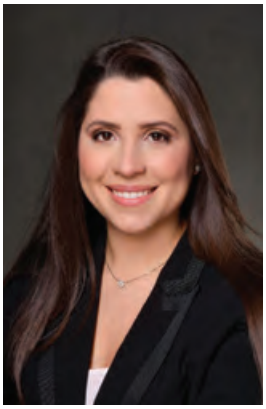
Tenha um auxilio de um profissional para organizar a sua vida financeira!

Emanuel Silva é especialista em organizar a vida financeira de milhares pessoas bem como empresas. Conte com sua ajuda através de sua mentoria sem enrolação direto ao ponto que irá lhe mostrar o pulo do gato para arrumar as suas finanças.

Conclusão

Usar um cartão de crédito corretamente pode ajudar a construir seu crédito, proporcionar conveniência e permitir que você aproveite recompensas valiosas. No entanto, é importante usar o cartão de crédito com responsabilidade para evitar dívidas desnecessárias. Lembre-se, um cartão de crédito é uma ferramenta, e como qualquer ferramenta, o valor vem de como você o usa.

Livro aborda o Trust no Direito Contemporâneo Brasileiro

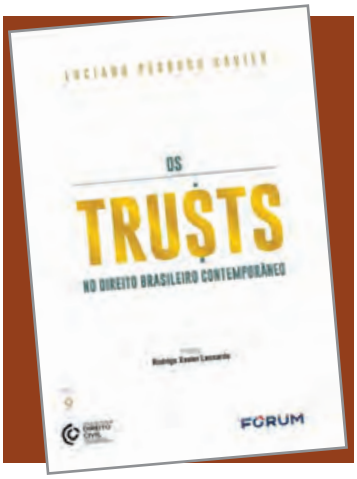


Na obra "Os Trusts no Direito Contemporâneo Brasileiro", publicada pela Fórum Editora e prefácio assinado Rodrigo Xavier Leonardo, Doutor em Direito Civil pela USP, a autora apresenta a Convenção da Haia sobre os trusts e seu reconhecimento, além de apresentar proposta de aprimoramento voltada para os interesses do Direito Brasileiro, benefícios para o Direito brasileiro e possibilidades de sua utilização. De acordo com Luciana Pedroso Xavier, Doutora em Direito das Relações Sociais, o Trust pode ser aplicado no Direito Empresarial e Internacional, no planejamento sucessório e na gestão de atividades de caridade, educacionais e culturais.

Quanto à sua incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro, a professora explica que o único tipo de *trust* cuja criação é expressamente prevista na lei brasileira é o chamado *endowment fund* (fundo para doações - Lei nº 13.800/2019), que serve para gerir e possibilitar o financiamento de fundações, instituições de ensino e museus, para que não dependam exclusivamente de financiamento estatal. "A ideia é que o fundo patrimonial reinvista a maior parcela de seus rendimentos para que possa proporcionar sustentabilidade e perpetuidade a atividades tão nobres e relevantes para a sociedade", pontua.

Recentemente, o governo federal editou a Medida Provisória nº 1.171, que criava regras para a tributação dos trusts, considerada pela professora como "precipitada e com equívocos técnicos; mais um jabuti da história legislativa brasileira e houve tanta discussão que o governo precisou recuar e a matéria foi convertida no PL n.º 4173/2023".

"É extremamente comum que famílias empresárias constituam os chamados "*Family trusts*" para gestão e planejamento sucessório e tributário. Inclusive, séries de televisão da atualidade demonstram esta realidade tais como os seriados em streamings "Succession" e "A Queda da Casa de Usher", esclarece.



Negócio jurídico

No Brasil, a professora lembra dos *endowment funds*, fundos que são estabelecidos como trusts para dar apoio financeiro a universidades, museus e fundações. "Este tipo de trust foi internalizado no Brasil por meio da Lei n.º 13.800/2019 e atualmente há vários fundos patrimoniais que ajudam na manutenção de tais propósitos. Como exemplo emblemático, vale citar o fundo Sempre Sanfran, criado em prol da Faculdade de Direito Largo do São Francisco (USP) , que conta com cem doadores e arrecadou mais de R$ 18 milhões de reais".

A obra esclarece que o trust é criado por meio de um negócio jurídico e seu instituidor transfere a gestão dos bens a um terceiro profissional que fará a administração em favor de quem for nomeado como beneficiário do trust. "No Brasil, ele poderia ser usado na proteção de pessoas idosas, de pessoas com deficiência, na proteção patrimonial de crianças e adolescentes (tais como os artistas mirins), proporcionar a sucessão por etapas e também (como já é permitido) na promoção de atividades culturais e educacionais".

Luciana lamenta que os cursos de Direito brasileiro não tratem dos trusts. "Quando ingressam no mercado de trabalho, advogadas e advogados sentem esta lacuna, em especial os que militam na área de família, internacional e tributária", frisa.

República em notas

República em notas, da **Editora Cobogó**, é organizado por Vanessa Campagnac e Gabriela Lotta, reúne análises sobre os principais temas relacionados ao poder público brasileiro. A partir da coluna online do Instituto República.org, e com textos inéditos, os 26 autores abordam questões como democracia, diversidade, orçamento público, burocracia, gestão de pessoas e valorização dos servidores.

Apresentando múltiplas perspectivas sobre o campo de estudos e as experiências práticas de profissionais de diferentes áreas no país, o livro busca diversificar a reflexão e o debate sobre a gestão pública no Brasil. O resultado é uma ampla visão sobre os desafios a serem enfrentados, uma gama de diagnósticos bem fundamentados e propostas concretas para a melhoria do Estado e da democracia brasileira.

GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS

- Tributário
- Societário
- Regulatório
- Civil Empresarial
- Trabalhista
- Previdenciário

São Paulo | Rio de Janeiro | Curitiba | Belo Horizonte | Brasília

www.gsga.com.br

2024, início de um novo ciclo

*Maurício Bernis**

Mais um ano se inicia e, com ele, expectativas nascem dentro de cada um. Seja na vida pessoal, profissional, nos negócios ou até nos relacionamento nutrimos esperanças de dias melhores, sempre!

Os pessimistas podem ver de outra forma, mas a maioria de nós quer um futuro melhor, mais produtivo e mais feliz.

A Astrologia, da maneira como venho trazendo aqui na Revista do IBEF, no início de cada ano, é uma ferramenta de análise de perspectivas e de tendências bem assertiva, permitindo que tenhamos uma "antevisão" do que vem pela frente em 2024 e mais adiante.

Destaco 3 fenômenos astronômicos-astrológicos para este ano: o ingresso de Plutão em Aquário, a conjunção de Júpiter com Urano e o Eclipse Solar Total de abril que vem acompanhado de uma conjunção com Mercúrio e Éris.

Éris? Sim, um planeta anão descoberto em 2005 que traz em sua simbologia muito do que tem sido vivido nestes tempos, tanto no Brasil quanto no mundo. Aliás, no mapa astrológico do Brasil, Éris se encontra no ASC, ou seja, se revestindo de especial importância.

Muito bem, Éris, na mitologia grega era a deusa da discórdia, que causava divisão entre os seres. Teve 14 filhos, cada um deles dotado de uma expressão maligna.

Na prática temos observado o acirramento das divisões na sociedade, principalmente desde 2005.

Voltando, então, a 2024 teremos o ingresso de Plutão em Aquário, fato que se repete em intervalos de cerca de 250 anos. Fica em Aquário até 2044. Anteriormente esteve por aí de 1777 até 1798, tempo de grandes revoluções e mudanças nas estruturas de poder e na geopolítica mundial.

Podemos esperar avanços ainda mais significativos na tecnologia, nas descobertas científicas, na Inteligência Artificial e nas relações políticas entre as nações. A aplicação do conhecimento na robótica e nos equipamentos avanças de alta tecnologia.

A conjunção de Júpiter com Urano é como se colocasse um "fermento" nas inclinaçãoes de Plutão em Aquário, pois ela é diretamente associada à evolução da informática, da internet, da nuvem de dados e assim por diante. Carro elétrico, trem elétrico, avião elétrico, drones para entregas e para outras funções, até bélicas. É um tempo de "conhecimento inovador".

Por acontecer em Touro traz um olhar para as criptomoedas. Em abril devemos ter um ponto de apogeu no crescimento deste setor e arrisco até a dizer no valor delas nas bolsas. Por outro lado, veremos crescer a utilização das criptos como moeda corrente.

Mas, fica aqui um alerta: quando Urano entrar em Gêmeos (ago/2025 em diante) poderemos assistir a uma diluição neste setor, com dispersão e perda de valores.

No mercado financeiro como um todo, essa conjunção é positiva, mostrando que 2024 poderá ser promissor para novo ciclo de investimentos, notadamente em inovação. Novos conceitos de negócios se consolidarão ao longo do ano. É tempo de fazer diferente.

Já o Eclipse Solar Total, que acontece em abril/24 requer atenção especial, pois indica conflitos e problemas para a economia brasileira, a despeito das boas influências da conjunção de Urano e Júpiter. A tendência de um impacto negativo da economia mundial, seja por influência direta nas negociações com o Brasil, seja por influência indireta dos problemas nos mercados internacionais. O endividamento interno deverá incomodar o governo.

Esse eclipse atravessa o território dos EUA, onde será visível e onde também produzirá seus maiores efeitos, de tal forma que impacta todo o mundo e mostra que as eleições por lá serão bem conflituosas, com forte inclinação à direita.

As guerras também tendem a causar mais problemas do que já estão causando, seja pela continuidade das que estão acontecendo agora, seja por novos conflitos que devem surgir ao longo do ano, em especial a partir de abril.

Porém, o que nos interessa mesmo é como podemos, cada um de nós, nos conduzir ao longo deste ano de 2024 de forma positiva e produtiva. O que posso dizer é o seguinte: sintonize-se com as novidades tecnológicas, inove naquilo que puder, aprenda algo novo, procure não "seguir a boiada", tenha discernimento e faça suas escolhas a partir de análises mais profundas.

Sêneca, com propriedade nos aconselha: Se vives de acordo com as leis da natureza, nunca serás pobre; se vives de acordo com as opiniões alheias, nunca serás rico.

**Consultor Empresarial e Astrólogo.*

Confiança é fundamental

A Branco Consultores oferece além de seus trabalhos de consultoria e contencioso tributário, as seguintes áreas de serviços:

- Contabilidade
- Diagnóstico de Procedimentos fiscais
- Supply Chain - Foco tributário
- Preços de Transferência
- Revisão, preparação e retificação de obrigações fiscais acessórias
- Due diligence fiscal
- BPO - Terceirização de Processos
- Inovação tecnológica - Contábil/fiscal
- Recuperação de créditos fiscais
- Treinamentos empresariais
- Mediação e arbitragem

BRANCO

brancoconsultores.com

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087-8910
Fax: 11 5087-8810

RIO DE JANEIRO
Rua Sete de Setembro, 111
7º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.050-91
Tel.: 21 3231-5900

- **Consultoria tributária**
- **Assessoria jurídica tributária**
- **Perícias contábeis**

Justiça Tributária no Brasil só com Isonomia

*Sylvio Lazzarini e Clóvis Panzarini**

O Brasil tem 21 milhões de empresas nacionais - desse total, 99% optam pelos regimes tributários simplificados e favorecidos, destinados às micro e pequenas empresas. Um deles é o Simples Nacional, com 7 milhões. Outros 14 milhões são microempreendedores individuais (MEIs). Os números constam em recente divulgação da Agência Brasil.

O cenário, portanto, é de uma empresa com tratamento tributário favorecido para cada dez habitantes. Tal benesse seria louvável se esse segmento empresarial não exercesse concorrência predatória contra aqueles não enquadráveis no regime favorecido e que suportam o peso tributário e previdenciário pleno em suas operações. Isso quebra uma regra de ouro da tributação: a isonomia.

Medidas são necessárias, com urgência, para mitigar o cruel fosso tributário entre as empresas favorecidas e suas concorrentes. Caso seja mantida, esta injustiça tributária vai acentuar o processo de apequenamento de grandes empresas no Brasil e a migração para o regime favorecido, ou, ainda, sufocará sua viabilidade financeira.

É necessário, por exemplo, buscar condições mínimas de equilíbrio concorrencial no mercado das empresas do setor de Turismo, no front das que operam no lucro presumido e as demais - aliás, a maioria favorecida pelo Simples Nacional.

É preciso, também, estancar a sonegação e a evasão fiscal, posto que o limite do faturamento para enquadramento no regime do Simples Nacional, fixado em R$ 4,8 milhões por ano, induz a fraudes.

A solução providencial recai no alívio do peso fiscal das empresas não enquadradas no Simples Nacional, com a inclusão de todo este importante segmento da Economia no Projeto de Lei (PL) 334/23, possibilitando, assim, a desoneração da folha de pagamento também para empresas do setor de Turismo e de Alimentação fora do lar, e que, não de hoje, são tributadas pelo lucro presumido.

A proposta, porém, foi vetada pelo Palácio do Planalto, sob a alegação de que não há contrapartida para os trabalhadores. Há de se discordar, pois o setor de Hotéis, de Bares e de Restaurantes é um dos que mais emprega no Brasil - são 2 milhões de empresas e 6 milhões de empregados. Só o estado de São Paulo abarca 460 mil estabelecimentos que geram 700 mil postos de trabalho diretos. Ou seja, a justificativa do governo federal é um tanto contraditória - para ser elegante!

As empresas que operam no limite superior de faturamento do regime do Simples Nacional suportam, atualmente, a carga tributária total de 14,3% - incluindo a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP). Com a reforma, o recolhimento total incidente sobre a operação das empresas enquadradas no lucro presumido será em torno de 19,5%, sendo 14,5% para o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e outras taxas, mais 5% da Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) - medida sobre o faturamento bruto e elevada, posto que o segmento do Turismo, como já citado, emprega alto número de trabalhadores.

Neste sentido, o setor propõe, como plausível, a tributação total de 15,5% sobre o faturamento bruto de forma a reduzir a diferença em relação às empresas que operam sob o regime do Simples Nacional, concedendo, assim, mais equilíbrio concorrencial, e, acima de tudo, promovendo, de fato, a justiça tributária que o Brasil tanto precisa.

** Clóvis Panzarini é economista, com especialização em Finanças Públicas e Tributação; foi coordenador da Administração Tributária do Governo do Estado de São Paulo e responsável pela implantação do Programa de Modernização da Coordenadoria da Administração Tributária (Promocat).*

Empresas não podem utilizar nome do BNDES em domínios de internet

Administradora brasileira dos registros está sujeita à multa por descumprimento

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) determinou que o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br) não registre novos domínios de internet com o nome ou parte das expressões BNDES, BNDESPAR e Finame a empresas sem vínculo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para o colegiado, o uso do nome da empresa pública federal por terceiros, em domínios de internet, tem potencial de induzir as pessoas a erro.

O NIC.br é uma associação, sem fins lucrativos, criada 8/3/2005 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), para a execução do registro de nomes de domínio, alocação de endereços de Protocolo de Internet (IP) e administração do domínio nacional de nível superior ".br".

Em primeira instância, a Justiça Federal em São Paulo havia determinado que o NIC.br suspendesse a autorização dos domínios "bndes.com.br", "financiamentobndes.com.br" e "bndes-exim.com.br" a uma empresa privada. A utilização irregular da marca ficou sujeita à aplicação de multa diária de R$ 20 mil.

O BNDES recorreu ao TRF3 e requereu o cancelamento de novos domínios de internet e registros que surgirem com menção ao nome da empresa federal e subsidiárias por terceiros sem qualquer vinculação com a autora.

Ao analisar o caso, o desembargador federal relator Wilson Zauhy ressaltou que o pedido da estatal federal está de acordo com a Resolução CGIbr n° 1/1998. O normativo traz um rol exemplificativo de domínios de internet não registráveis, com nomes que possam induzir as pessoas a erro e acreditar serem endereços eletrônicos oficiais.

"É esse o caso dos autos. Com isso, protege-se não apenas o nome empresarial da autora, mas também o público consumidor, que de outra forma poderá ser exposto a páginas de internet que indevidamente se utilizem de nomes da requerente", afirmou o relator.

Assim, a Primeira Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação do BNDES para determinar à NIC.br não efetuar registro de novos domínios requeridos por terceiros que contenham parte ou nome completo da empresa pública federal e subsidiárias, sob pena de multa.

Apelação Cível 0015173-78.2000.4.03.6100 - Assessoria de Comunicação Social do TRF3

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156 - Conj. 402/4° andar, Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.040-003
Tel.: (21) 2217-5555 | Whatsapp: (21) 96925-0202 | e-mail: ibefrio@ibefrio.org.br
Institucional: ibefrio.org.br | Programação: agenda.ibefrio.org.br | Locação de Ambientes: loc.ibefrio.org.br
LinkedIn: ibef-rio | Instagram: @ibef_rio | Facebook: ibefrio

BIÊNIO 2021/2023 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
Vice-presidente: *Márcio João de Andrade Fortes*
Membros: *Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien*

CONSELHO FISCAL

Presidente: *Jorge Saul Doctorovich*
Membros: *Gustavo Carvalho Pierotti*
Suplentes: *João Carlos Reichmann Mader, Paulo Sergio Costa Lima Marques e Roberto Bar*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: *Gustavo Damázio de Noronha*
1º Vice-presidente: *Sérgio Burrowes Raposo*
Vice-presidentes: *Fernando Potsch de Carvalho e Silva, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia e Patricio Marques Roche*
Secretário Geral: *Marcos Chouin Varejão*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *http://www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Eduardo Lucano, Henrique Luz, José Gandelman, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Mario Lopes, Nilton Molina, Roberto Lima Netto e Sidney Rezende.

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Rosangela Cavalcante

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design, Unsplash, Pixabay, Pexels, iStock e Burst

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Status é não precisar de carro

*Tobias Market**

Moro em países longe de casa por quase metade da minha vida. E sempre tento não fazer comparações. Mas, tratando-se de mobilidade, gostaria de convidar o leitor a abrir uma excessão, pois podemos nos inspirar em iniciativas que dão certo no exterior.

Na Europa, houve na nas últimas décadas uma mudança na percepção sobre o Transporte público. No passado, o carro era um símbolo de status. Quanto maior, melhor. Agora, o status é viver onde você não precisa de carro, onde faz seu trajeto com transportepúblico. Cidades como Copenhage transformaram estacionamentos em parques e estradasem ciclovias. Impressionantes 49% dos deslocamentos ao trabalho ou à escola são feitos de bicicleta lá. Uma conquista admirável.

No Brasil, estamos no início desse desenvolvimento. Uma pesquisa realizada em 2022 pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) revelou que cerca de 60% dos habitantes das capitais gastam em média uma a duas horas por dia no trânsito. E, como o transporte público não tem a melhor das reputações, muitos não usam – apenas 30% dos entrevistados das classes A e B. Consequentemente, nem sempre é de ótima qualidade, porque infelizmente a voz de quem usa não é toda popderosa.

Parece que, para isso mudar, duas coisas precisam acontecer simultaneamente: sim, o produto tem de melhorar, mas também devemos mudar nossa percepção. Vou usar como exemplo a cidade em que moro, o Rio de Janeiro. O VLT carioca é, na minha opinião, um produto incrível, moderno, rápido e acessível. Segundo pesquisa do Datafolha, 88% dos usuários entrevistados avaliaram o serviço como “bom” ou“muito bom” em 2022. Assim como o metrô, duvido que haja alternativa mais rápida em horário de pico na cidade. No entanto muitos de nós não temos essas opções no radar.

Por que um cara de aeroporto está falando sobre mobilidade urbana? Muitos aeroportos no Brasil têm conexão insatisfatória com o transporte público. Isso contribui para que a maioria chegue por serviço de aplicativos (44%) e menos de 10% optem por transporte público. Conheço pelo menos três grandes aeroportos onde o bonde ou monotrilho param a distância não caminhável do terminal. Que sentido faz tê-los, se precisamos pegar um ônibus para ir do trem ao check in?

E aqui está o momento de ser autocrítico: nós, caras de aeroportos, podemos ser parte da razão por que isso acontece no Brasil. Porque não deve ser surpresa que aeroportos ganham mais dinheiro com estacionamento e aluguel de carro do que com transporte público. Com isso, caímos na mesma armadilha: se, nos aeroportos, entendemos que o transporte público é “apenas para funcionários”, e nossos passageiros e visitantes devem vir de carro, estamos perdendo uma grande oportunidade. Veja meu aeroporto de origem, Zurich Airport. Foi construído sobre uma estação de trem. Metade das pessoas que passam por lá não voa, vai pegar trem ou ônibus. E, ao fazer isso, usa as estruturas comerciais do aeroporto.

Soluções mais sustentáveis para voar estão chegando. Em setembro, o Parlamento Europeu aprovou metas para as companhias aéreas aumentarem o uso de combustíveis sustentáveis (SAF), com redução das emissões de carbono. Até 2025, os aeroportos deverão fornecer pelo menos 2% desse tipo de combustível, chegando a 70% até 2050. De nossa parte, faremos o que pudermos para tornar a viagem até o aeroporto mais sustentável. Para isso, há que quebrar o círculo nas duas direções: não precisamos esperar que o transporte público melhore. Mudemos nossa visão pessoal sobre ele e o consideremos uma oportunidade real de chegar ao aeroporto e exigir boas ofertas – de nossos governos e dos caras de aeroportos.

Publicado no jornal O Globo em novembro 2023

**CEO da Zurich Airport Latin America.*

UMA ASSESSORIA JURÍDICA ALÉM DO DIREITO

O Escritório Candido de Oliveira Advogados, com mais de 130 anos de experiência jurídica, adota uma visão 360º, centrada no cliente e na compreensão de suas prioridades e valores.

Do primeiro atendimento à assessoria mais completa, destaca-se por promover soluções duradouras e multidisciplinares para trilhar uma jornada conjunta com cada cliente.

A combinação de conhecimento técnico e visão sistêmica proporciona a verdadeira experiência CDO.

Candido de Oliveira
Advogados

CONTATO

@candidodeoliveiraadvogados
candidodeoliveira.adv.br
candidodeoliveiraadvogados

tremdo
corcovado.rio
Venha viver essa emoção!
Horário de funcionamento:
De seg. a sex.(exceto feriado): 8h às 17h
Sáb. dom. feriados: 8h às 18h
@tremdocorcovado.rio
www.tremdocorcovado.rio
Rua Cosme Velho, 513 - Cosme Velho
Seu passeio
começa aqui: